

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                              | <b>2</b>  |
| Título: Bolsonaro pode fechar 2019 no azul, afirma Itaú.....                         | 2         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                           | <b>3</b>  |
| Título: Fabricante de chip e Valec serão liquidadas.....                             | 3         |
| Título: Zema diz que vai enviar projeto de venda da Cemig à Assembleia.....          | 4         |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                 | <b>5</b>  |
| Título: Corra, Bolsonaro, corra!.....                                                | 5         |
| Título: Encargos e tributos são quase metade da conta de luz, aponta estudo .....    | 8         |
| Título: Curtas .....                                                                 | 10        |
| Título: Planos de Zema incluem a privatização da Cemig .....                         | 10        |
| <b>Título: Destaques .....</b>                                                       | <b>12</b> |
| Título: ANP propõe limites para Petrobras no gás natural .....                       | 13        |
| Título: Petróleo recupera valor e sobe mais de 20% em relação a 24 de dezembro ..... | 14        |

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 10/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Flavia Lima****Título: Bolsonaro pode fechar 2019 no azul, afirma Itaú**

São Paulo- O governo Jair Bolsonaro pode encerrar seu primeiro ano com as contas públicas no azul.

Em um dos cenários possíveis traçados pelo Itaú Unibanco, a expectativa é de um superávit primário (excluído o pagamento de juros) de R\$ 27 bilhões em 2019.

Caso a projeção se confirme, será o primeiro ano com primário positivo desde 2013.

A virada seria alimentada, principalmente, por um aumento de receitas chamadas de extraordinárias (aquelas que não se repetem com frequência, como o arrecadado com concessões).

São essas receitas que têm permitido o governo chegar aos últimos anos com um déficit menor do que o projetado em suas contas.

Mas, justamente por não se tratarem de receitas tidas como certas, o banco ressalta que o possível cenário positivo em 2019 não é sustentável nos anos seguintes, quando o equilíbrio das contas públicas voltariam a depender de mudanças estruturais, como a reforma da Previdência, diz Pedro Schneider, economista do Itaú e autor do estudo.

Atualmente, o cenário básico do banco para 2019 prevê um déficit primário consolidado — do governo central, estatais, estados e municípios — de R\$ 97 bilhões, um pouco melhor do que o desenhado pelo próprio governo, que espera um déficit de R\$ 132 bilhões para este ano.

**O crescimento econômico esperado é de 2,5%.**

**Nas contas de Schneider, a reversão significativa do déficit é possível se o leilão de petróleo da cessão onerosa se confirmar.**

**A expectativa é que ele possa render até R\$ 80 bilhões ao governo, a depender da modelagem, dos termos de compensação à Petrobras, da divisão de recursos com estados e municípios e do prazo para o pagamento do bônus de outorga.**

**Outros R\$ 10 bilhões podem ser obtidos em novas rodadas de leilões de campos de petróleo, agendadas para o segundo semestre de 2020, e até R\$20 bilhões viriam da antecipação dos leilões de concessão de telefonia 5G.**

Além disso, outros R\$ R\$ 15 bilhões poderiam ser economizados se o padrão de execução das despesas dos ministérios for mantido, já que, nos últimos anos, eles têm gasto abaixo dos limites autorizados.

Se o déficit a princípio esperado (de R\$ 97 bilhões) for abatido da soma dessas receitas adicionais, resultaria no superávit perto de R\$ 27 bilhões.

A pequena discrepância se deve aos arredondamentos dos valores.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 10/01/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: Anne Warth / BRASÍLIA**

**Título: Fabricante de chip e Valec serão liquidadas**

Estatais que são dependentes do Tesouro devem fechar ainda no primeiro trimestre

O governo deve fechar as portas de duas estatais ainda no primeiro trimestre do ano. Uma delas é a Valec, que cuida de ferrovias e teve ex-diretores envolvidos em desvios de recursos em obras. A outra é a Ceitec, que produziu chips para monitoramento de gado e medicamentos. As duas empresas são dependentes do Tesouro Nacional, ou seja, não geram receitas suficientes para pagar suas despesas de pessoal e custeio. Todos os 1.177 empregados serão demitidos, e os ativos das empresas serão vendidos para pagar dívidas, segundo apurou o "Estado/Broadcast".

A liquidação dessas empresas deve ser aprovada pelo conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), colegiado formado por ministérios e bancos públicos, além da Presidência da República. A reunião que deve sacramentar a decisão será realizada em fevereiro.

Embora tenham entrado nas empresas por meio de concurso público, os empregados serão demitidos, pois, com a liquidação, as atividades das estatais serão encerradas. A opção pela liquidação ocorre porque não há interesse do mercado em comprar essas companhias, o que inviabiliza uma tentativa de privatização. Nesta semana, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que o governo pode privatizar ou liquidar até 100 empresas estatais, considerando as subsidiárias de Banco do Brasil, Caixa, **Eletrobrás e Petrobrás**.

A intenção do governo Jair Bolsonaro é privatizar as ferrovias, o que retiraria as funções da Valec. Parte de suas funções poderia ser assumida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). No caso da Ceitec, o governo não tem mais interesse em atuar na área. A Valec é uma empresa pública vinculada ao extinto Ministério dos Transportes, atual Ministério da Infraestrutura, e foi reativada em 2008, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A estatal atua na construção e exploração da infraestrutura ferroviária, como a Norte-Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

A Valec também detém participações na sociedade da Transnordestina, com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Desde que voltou a operar, a Valec foi alvo constante de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre irregularidades em obras. Uma das denúncias levou um de seus ex-presidentes à prisão.

Como o Estado antecipou, outra empresa que está nos planos de liquidação do governo é a Infraero, estatal responsável pela gestão de 55 aeroportos do País, incluindo Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). A empresa também é sócia minoritária nos aeroportos privados de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF). Neste caso, porém, é preciso antes vender os aeroportos, para só depois encerrar as atividades da empresa, o que demanda mais tempo.

A Valec consumiu R\$ 259 milhões em recursos do Tesouro Nacional em 2017. O prejuízo foi de R\$ 947,4 milhões, ante um resultado negativo de R\$ 1,541 bilhão em 2016. A empresa tem 983 empregados, com salário médio é de R\$ 9,5 mil mensais.

Também criada em 2008 pelo ex-presidente Lula, a Ceitec é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A empresa atua na área de dispositivos microeletrônicos e fabrica chips para identificação e rastreamento de produtos, medicamentos e animais. A fábrica da Ceitec em Porto Alegre (RS) tem 194 empregados, com salário médio de R\$ 8,6 mil. A empresa recebeu subvenção do Tesouro Nacional de R\$ 75 milhões em 2017.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 10/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Zema diz que vai enviar projeto de venda da Cemig à Assembleia

Segundo governador de Minas, privatização das estatais é uma exigência do Tesouro para renegociação de dívida

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), anunciou ontem que pretende enviar um projeto para privatização da Cemig à Assembleia Legislativa mineira. Em entrevista à Record TV, o político disse que a venda de estatais, inclusive a elétrica mineira, é uma "exigência" do Tesouro Nacional para a renegociação da dívida do Estado com a União.

Na entrevista, Zema disse que pretende enviar "várias leis" para a Assembleia no esforço de melhorar as contas públicas estaduais: "Vamos e precisamos fazer uma redução drástica do custeio, principalmente pessoal e aposentadorias."

Nesse esforço para sanear as contas, o governador disse que a privatização de estatais é uma das prioridades. "Está ficando claríssimo que se usa (as empresas públicas) para finalidades políticas", disse, ao confirmar que a Cemig está entre as empresas que serão oferecidas ao capital privado.

Em seguida, Zema explicou que a venda dessas empresas faz parte da negociação que Belo Horizonte fez com Brasília. "O Tesouro Nacional, dentro dessa questão da renegociação da dívida com Minas Gerais, exige que empresas do Estado sejam privatizadas", disse. "Na Lei, não está claro o grau de exigência, mas é objetivo nosso que o Estado foque naquilo que traz retorno para a população, que é saúde, segurança e educação".

Crise fiscal. O governador herda um rombo de R\$ 11,4 bilhões no orçamento estadual de 2019. A equipe de transição projeta prejuízo de quase R\$ 100 bilhões para os próximos quatro anos, caso medidas de ajuste não sejam tomadas. Zema diz que pretende cortar 80% dos cargos comissionados e reduzir pela metade o número de secretarias.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 10/01/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Ribamar Oliveira

**Título:** Corra, Bolsonaro, corra!

Não mereceram a atenção devida as projeções feitas, no final do ano passado, pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, sobre a evolução futura da indústria do petróleo no Brasil. Se em 2018 a receita da União, Estados e municípios com royalties do petróleo, participações especiais, bônus de assinatura e óleo-lucro ficou em R\$ 60 bilhões, Oddone estima que ela subirá para R\$ 300 bilhões em 2030. Atenção: este valor será por ano, a partir de então!

Só como referência, vale observar que a quantia é superior à arrecadação do Tesouro com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no ano passado. Isto significa que a receita com o petróleo será uma das principais do setor público brasileiro na próxima década.

Em conversa com o **Valor**, o diretor-geral da ANP destacou um elemento a mais das projeções: o montante subirá para R\$ 400 bilhões se também for considerado o pagamento de Imposto de Renda das empresas do setor de petróleo em 2030.

### ***Receita do petróleo pode tirar urgência das reformas***

Ficou faltando incorporar no cálculo o pagamento pelas empresas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis. Em 2017, a Petrobras pagou R\$ 35 bilhões só de ICMS, de acordo com o balanço da empresa.

As projeções da ANP foram feitas considerando que a produção de petróleo bruto do país passará dos atuais 2,5 milhões de barris por dia para 7,5 milhões de barris por dia em 2030. Atualmente existem 107 plataformas em operação no Brasil. Elas subirão para 170, estimou Oddone. As exportações brasileiras de petróleo bruto podem sair de 1 milhão para 4 milhões de barris no período. "A indústria do petróleo no Brasil vai mudar de patamar", ressaltou o diretor-geral da ANP. E isso vai ocorrer em pouco tempo.

É impressionante observar que, de 2016 a 2018, cem leilões de petróleo foram realizados em 82 países, envolvendo a contratação de 3 mil blocos. De acordo com dados da Wood Mackenzie, US\$ 9 bilhões foram arrecadados com bônus de assinatura em todos os leilões, sendo US\$ 7 bilhões no Brasil - ou seja, 75% de todos os bônus de assinatura foram pagos aqui.

A ANP estimou a produção futura de petróleo com base nos leilões já realizados e nos leilões da 6ª Rodada do Pré-Sal e da 16ª Rodada de licitação de áreas do pós-sal, que serão feitos neste ano. O cálculo considerou também os leilões do óleo excedente dos seis blocos cedidos em 2010 à Petrobras. Somente com o leilão do excedente da cessão onerosa, o governo estima arrecadar R\$ 125 bilhões com o bônus de assinatura. Todos os números são impressionantes.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) já autorizou a ANP realizar estudos para a 7ª e 8ª Rodadas do pré-sal em 2020 e 2021. Estas, no entanto, não foram incorporadas às projeções da ANP. Ou seja, elas poderão tornar os R\$ 300 bilhões em 2030 um valor subestimado. Em suas projeções, a ANP considerou um preço médio de US\$ 70 para o barril de petróleo no período. Ontem, o petróleo Brent fechou em US\$ 61,40.

Há um dado que merece ser destacado: a receita da União subirá mais do que a de Estados e municípios porque, no caso do regime de partilha de produção, ela fica com uma parcela do petróleo extraído, o que veio a ser chamado de "óleo-lucro". A União vende sua parte e fica com a receita.

Há duas maneiras de encarar a nova realidade, embora elas não sejam excludentes. A primeira é com grande alegria, pois a exploração do pré-sal vai proporcionar uma renda considerável aos brasileiros, que poderá melhorar a vida de todos e colocar o país entre as grandes economias do mundo.

A segunda visão é de preocupação, pois a montanha de dinheiro que ingressará nos cofres públicos poderá inibir a vontade do Congresso Nacional, que já é bastante fraca, de fazer as reformas necessárias para ajustar as contas públicas e colocar o país novamente na trilha do desenvolvimento sustentado. Ou seja, o petróleo poderá se tornar uma "maldição".

O setor público brasileiro está quebrado, em todas as suas dimensões. Registra déficit primário desde 2014 (ou seja, as despesas são maiores do que as receitas, sem considerar o pagamento de juros) e a situação deverá perdurar, no mínimo, até 2021. As despesas obrigatórias crescem sem parar, o sistema tributário é um caos e o sistema previdenciário é uma máquina de produzir desigualdades, como bem lembrou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

As reformas trabalhista, previdenciária e tributária são essenciais para reorganizar o Estado em bases mais sólidas e justas, melhorando o ambiente para os negócios e para a retomada da economia e do emprego. A população brasileira está envelhecendo rapidamente e não é possível manter um sistema em que, nos Estados, os servidores se aposentam, em média, com 49 anos de idade.

O sistema tributário precisa ser modernizado e simplificado. A alíquota do Imposto de Renda pago pelas empresas no Brasil é uma das mais elevadas entre os países do G-20. Os tributos são regressivos e se acumulam ao longo da cadeia produtiva, em um emaranhado de obrigações que tornam a vida do contribuinte um verdadeiro inferno. Os tributos que incidem na contratação de mão de obra colocam uma massa de trabalhadores na informalidade, sem qualquer proteção.

A necessidade de realizar as reformas não pode ser obscurecida pela perspectiva de ganhos extraordinários com o petróleo. Será um lesa-pátria usar a receita futura do petróleo para manter uma situação de privilégios e injustiças e um Estado obsoleto. Principalmente porque a receita do petróleo é finita. Em um prazo não muito distante, ele acabará ou será substituído por fontes alternativas de energia.

Não se pode esquecer o que ocorreu recentemente com o Rio de Janeiro, o Estado que mais recebe royalties do petróleo. Bastou que a cotação do petróleo despencasse, o que provocou uma redução considerável da receita com royalties e participações especiais, para o governo estadual entrar em colapso. É claro que houve também as roubalheiras.

O dinheiro que será arrecadado com a exploração do pré-sal - uma dívida da natureza ao Brasil - precisa ser direcionado a investimentos em educação, cultura, saúde e segurança para tornar melhor a vida de todos os brasileiros. O atual governo deve agir rapidamente para produzir e apresentar as necessárias reformas do Estado. Por isso, é preciso dizer: corra, Bolsonaro, corra! Quanto mais tempo as reformas demorarem, mais difícil será aprová-las.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 10/01/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Camila Maia | De São Paulo**

**Título: Encargos e tributos são quase metade da conta de luz, aponta estudo**

A iniciativa do governo de reduzir gradualmente os encargos pagos pelos consumidores por meio da conta de luz terá efeito positivo a partir deste ano, mas grande parte da tarifa ainda deve cobrir custos não energéticos: os tributos, sendo o ICMS o principal deles.

Um estudo feito anualmente pelo instituto Acende Brasil, em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC) mostrou que 47,71% da receita bruta operacional arrecadada pelas companhias de energia foi para pagar tributos e encargos em 2017, ligeiramente abaixo da carga de 2016, de 47,94% do total. Isso significa que quase metade da conta de luz dos consumidores não teve relação com a compra de energia.

O estudo considerou a receita de 35 empresas do setor elétrico brasileiro, que representam cerca de 70% do mercado de geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2017, essas empresas levantaram R\$ 83,85 bilhões para pagar impostos e encargos. Em 2016, o montante havia sido de R\$ 83,29 bilhões.

Segundo Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, os impostos são "regressivos e perversos", uma vez que todos acabam pagando esses custos diversas vezes, já que a energia é um insumo básico e tem seu custo repassado dentro de outros setores da economia.

Os encargos setoriais, que cobrem custos como subsídios a fontes renováveis, descontos tarifários para consumidores de baixa renda e compra de combustíveis para geração de energia nos sistemas isolados, somaram R\$ 19,04 bilhões em 2017, 23% do total pago não relacionado a serviços de energia.

Tributos federais somaram R\$ 27,57 bilhões, 33% do total; os tributos estaduais chegaram a R\$ 37,20 bilhões, 44% do total. Os municipais ficam muito distantes, somando R\$ 4 milhões.

Entre os tributos federais, o principal é o Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que representou 10,41% da receita bruta arrecadada no setor elétrico em 2017. O Programa de Integração Social (PIS) vem logo depois, com 2,22% da receita total. O Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica custa outros 2,11% do faturamento. No total, os tributos federais chegaram a 15,69% da receita do setor no período, paga pelos consumidores por meio da tarifa de energia.

Na esfera estadual, há apenas um tributo, que representa uma fatia maior do faturamento do que todos os federais somados. O ICMS custou 21,17% da tarifa de energia em 2017, pouco abaixo da taxa de 2016, que chegou a 21,6%.

Como cada Estado tem uma alíquota, essa é uma taxa média, mas alguns Estados cobram taxas maiores ou menores. As menores alíquotas são em Roraima, de 17%, e Amapá, de 18%. O Rio de Janeiro cobra a maior taxa do país, de 32%. Minas Gerais e Rio Grande do Sul também estão na ponta oposta, com ICMS de 30% sobre a conta.

Entre os encargos, o principal é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), "superencargo" criado pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012, quando editou a Medida Provisória (MP) 579, convertida na Lei 12.783 de 2013. Dentro da CDE estão custos elevados do setor, como a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e o Programa Luz para Todos.

"Isso deixa evidente a necessidade de se reduzir os subsídios na tarifa", disse Claudio Sales.

O estudo do Instituto Acende Brasil e da PwC considera uma série histórica desde 1999. A incidência de tributos e encargos na tarifa de energia tem ficado acima de 40% desde 2005. Em 2015, chegou a 51,64% do total, acima de 50% pela primeira vez.

Naquele ano, as distribuidoras de energia sofreram da chamada "descontratação involuntária", mais uma herança da MP 579, e foi preciso pegar

um empréstimo com bancos para pagar os custos bilionários. Esse empréstimo, conhecido como Conta ACR, ainda é pago pelos consumidores de energia por meio da tarifa. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem negociado a antecipação do pagamento, que termina em 2020, para algum momento em 2019, a fim de reduzir os juros.

Outra bandeira defendida pela atual diretoria da Aneel é a redução dos encargos e subsídios. Na última semana de 2018, o então presidente Michel Temer publicou um decreto definindo a redução gradual de alguns itens da CDE considerados "não relacionados à energia", como subsídios a consumidores rurais, irrigantes, e prestadores de serviço de água, esgoto e saneamento.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que a agência estima uma economia de R\$ 4,25 bilhões aos consumidores ao fim de cinco anos, chegando numa redução média de 2,5% na tarifa de energia. Pelo texto, haverá redução gradual, de 20% ao ano, de custos considerados "estranhos" ao setor elétrico subsidiados por meio da CDE.

Em entrevista ao **Valor** antes da publicação do decreto, Sales disse que a iniciativa de discutir a redução de subsídios era muito importante, especialmente considerando que o Congresso age no sentido oposto. "No Congresso, o movimento vai na direção contrária, é muito fácil para os parlamentares apresentarem propostas que vão em detrimento da coletividade. Há algumas dezenas de projetos que implicam em aumento da conta de luz, criando algum tipo de subsídio", criticou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 10/01/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:**

**Título:** Curtas

## Itaipu

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, foi nomeado para representar a pasta em Itaipu Binacional, segundo decreto publicado em edição extra do "Diário Oficial da União" na terça.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 10/01/2019

**Seção:** Especial

**Autor:** Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

**Título:** Planos de Zema incluem a privatização da Cemig

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou ontem que vai enviar um pacote de medidas para ser votado pela Assembleia Legislativa, entre elas uma que tratará da privatização da principal estatal mineira, a empresa de energia elétrica Cemig.

Zema disse que quer aprovar mudanças na estrutura do Estado para reduzir gastos e viabilizar a adesão de Minas, pretendida por ele, ao regime de recuperação fiscal do governo federal.

O regime prevê que os Estados em crise deixem de pagar por três anos o serviço da dívida com a União, mas exige que os governadores cortem despesas e privatizem estatais. "O que nós vamos fazer e precisamos fazer, porque Minas não tem outra saída a não ser essa, é uma redução drástica como nunca houve no Estado em relação ao custeio, principalmente de pessoal e de aposentadoria", disse Zema em entrevista à TV Record Minas e ao site R7. "E isso vai envolver o envio para Assembleia Legislativa de várias leis que o Executivo vai propor", afirmou. "Uma delas é privatizar as empresas estatais."

Perguntado se a Cemig fará parte do projeto de privatização, o governador disse: "Sim, diria que o Tesouro Nacional, dentro da renegociação da dívida com o Estado de Minas, exige que empresas do Estado sejam privatizadas. Na lei não está claro o grau de exigência, mas é objetivo nosso que o Estado foque naquilo que realmente traz retorno para a população, que é saúde, segurança e educação".

Durante a campanha eleitoral, Zema defendeu a privatização da Cemig, mas depois mudou um pouco o tom dizendo que a proposta seria discutida não no início do mandato, porque antes seria preciso melhorar a gestão e elevar o valor de mercado da companhia.

Em fins de novembro, Zema afirmou ao **Valor** que a participação do governo de Minas na Cemig valia cerca de R\$ 2 bilhões e que, como o montante não chegava nem perto de cobrir o rombo nas contas de Minas, privatizá-la não era prioridade.

"Devido à urgência de outras medidas, essa questão de privatizá-las [Cemig e outras estatais] está em suspenso. Não vamos verificar isso em um ou dois anos de forma alguma. Isso vai ser coisa para o final do governo, até porque no caso de uma Cemig é preciso aprovação por dois terços da Assembleia Legislativa ou por um referendo. Então é algo que vai demandar esforço", afirmou na época.

Mas na entrevista de ontem à Record Zema indicou que mudou de ideia e que quer dar prioridade ao assunto. Ele voltou a atacar a forma como, segundo ele, as estatais mineiras têm sido geridas.

"As empresas estatais, está claríssimo, são usadas com finalidade política para dar cargos a apadrinhados", disse. "Quero ser o governador de Minas que mais vai perder poder no mandato. Quero entregar um governo muito mais enxuto porque essas empresas esqueceram que elas existem para atender os clientes."

O governador ainda não indicou se ou quando vai substituir o atual presidente da Cemig, Bernardo Salomão, que foi indicado pelo então governador Fernando Pimentel (PT), que foi derrotado por Zema na eleição de outubro.

Ontem o novo governador reiterou descontentamento com o serviços da Cemig, ao dizer que a empresa demora dois anos para atender a pedidos de entrega de energia feitos por qualquer indústria.

Para aprovar a privatização e outras medidas de ajuste - incluindo a eventual adesão ao programa de recuperação fiscal -, Zema terá de negociar com diversos partidos. porque o Novo elegeu apenas 3 dos 77 deputados estaduais de Minas. Eleito com mais de 70% dos votos, o governador deverá, ao menos nos primeiros meses, não ter muita dificuldade para conseguir apoio das maiores legendas.

|                 |                        |
|-----------------|------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b> |
| <b>Data:</b>    | <b>10/01/2019</b>      |
| <b>Seção:</b>   | <b>Empresas</b>        |
| <b>Autor:</b>   |                        |
| <b>Título:</b>  | <b>Destaques</b>       |

### Recurso da Abragel

A Abragel, entidade que representa usinas com potencial hidráulico de até 50 megawatts (MW), apresentou recurso administrativo ao **Ministério de Minas e Energia** pedindo que a portaria 514 de 2018, que determinou a redução gradual dos limites de migração ao mercado livre, seja anulada. Hoje, os consumidores com carga igual ou superior a 3 MW podem comprar energia no mercado livre de qualquer fonte. Aqueles com carga entre 0,5 MW e 3 MW podem migrar para o mercado livre, mas na condição de consumidores especiais, obrigados a adquirir energia de fontes incentivadas. A portaria muda esse limite. A partir de julho, consumidores com carga superior a 2,5 MW poderão comprar energia de qualquer fonte. Em janeiro de 2019, o limite cai para 2 MW. Segundo a Abragel, a medida infralegal alterou significativamente a salvaguarda da política pública definida em lei para incentivar as fontes renováveis.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 10/01/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: ANP propõe limites para Petrobras no gás natural**

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugeriu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) limitar a participação da Petrobras no mercado de gás natural. Em ofício encaminhado ao órgão antitruste, a ANP analisa uma série de medidas necessárias para a promoção da concorrência na indústria de gás e defende a implementação de um programa para obrigar a estatal a vender parte do volume ofertado hoje por ela.

O "gas release" (liberação de gás) consiste numa iniciativa de desverticalização na qual o agente dominante se submete a leilões públicos para venda obrigatória de volumes de gás (e capacidades de transporte nos gasodutos) para concorrentes. Segundo a ANP, um programa desse tipo "se faz necessário, uma vez que proporcionaria mais ofertas, aumentando a concorrência e desconcentrando o mercado, hoje controlado inteiramente por um único agente".

De acordo com dados da agência, a Petrobras responde por cerca de 75% do gás produzido no país. Na prática, contudo, a estatal é praticamente a única fornecedora relevante do mercado, já que empresas como Shell, Repsol e Petrogal, sócias da estatal nos campos do pré-sal, vendem suas parcelas para a própria Petrobras, a preços baixos, porque enxergam dificuldades no acesso à infraestrutura para escoamento e tratamento de gás e ao mercado consumidor.

***O mesmo sistema já foi adotado no Reino Unido, na década de 90, com o objetivo de reduzir a participação da BG***

O "gas release" já foi adotado no Reino Unido, na década de 1990, com o objetivo de reduzir a participação de mercado da BG. Nos anos 2000, a experiência foi replicada na Espanha e Itália. No país ibérico, por exemplo, a legislação definiu que um único supridor não poderia deter mais de 70% do mercado consumidor.

A ANP explica que programas de venda obrigatória de gás natural podem desempenhar um papel de dinamizador do processo de concorrência, especialmente nas etapas iniciais de abertura do mercado.

"A partir da experiência internacional propõe-se que a ANP fique encarregada de definir o prazo e a forma de aplicação de programas de 'gas release' a ser conduzido pelo agente incumbente, os quais podem incluir a previsão de liberação de capacidade de transporte por parte do agente dominante. Neste sentido, a ANP atuaria de maneira coordenada com órgãos governamentais que compõem o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência [Cade e Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda]", afirma a ANP, em nota técnica enviada ao Cade.

A ANP também defende uma mudança estrutural no setor de distribuição, por meio de uma desverticalização na qual ao produtor e ao comercializador não seria permitida a participação acionária nas distribuidoras estaduais de gás canalizado. Atualmente, a Petrobras, por meio de sua subsidiária Gaspetro, possui participação no capital de 19 concessionárias estaduais.

A agência destaca, ainda, que é fundamental garantir ao consumidor final a liberdade de escolha do seu fornecedor de gás natural, a partir da liberalização progressiva e planejada dos consumidores cativos. A ANP propõe reduzir paulatinamente a quantidade de gás necessária para se tornar um consumidor livre. A regulação do mercado livre de gás é estadual. Hoje, cada Estado possui regras próprias. Os consumidores reclamam que, em alguns casos, os volumes mínimos de consumo exigidos para a migração são altos e restritivos.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 10/01/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Agências internacionais**

**Título: Petróleo recupera valor e sobe mais de 20% em relação a 24 de dezembro**

O petróleo voltou a despertar otimismo do mercado, num momento em que os investidores que tinham abandonado a commodity há apenas um mês foram atraídos de volta por um movimento liderado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em favor do controle da oferta.

O segundo contrato do petróleo tipo Brent, a referência mundial, fechou ontem cotado a US\$ 61,60 em Londres, numa alta acumulada de 21,33% em relação ao seu patamar mais baixo na véspera do Natal. Alta de 4,6% no dia. O segundo contrato do barril do petróleo WTI fechou a US\$ 52,69, com recuperação de 23,05% em relação à sua maior baixa de 18 meses, registrada no dia 24 de dezembro. No dia, a alta foi de 5,15%.

O petróleo encerrou 2018 em queda livre, mas mudou de rumo devido a sinais de que Arábia Saudita, Rússia e outros grandes exportadores continuarão cumprindo a promessa do mês passado de reduzir a produção. O ministro da Energia da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih, disse ontem que o plano estava sendo mantido.

"O petróleo [WTI] está disparando acima de US\$ 50 com forte apoio da Arábia Saudita", disse Jay Hatfield, gestor do InfraCap Active MLP ETF, com US\$ 500 milhões em ativos sob cuidados, ainda durante o pregão.

Os avanços no encerramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China aqueceram as perspectivas da economia, reforçando o ímpeto de alta do petróleo. "Todo mundo se concentrou, simplesmente, nos sauditas, e eles parecem bem determinados", disse Matt Sallee, gerente de carteira da gestora de recursos de Tortoise, no Estado de Kansas, que administra US\$ 16 bilhões em investimentos em energia.

A alta do petróleo ontem se manteve a despeito de um relatório de estoques mostrar queda menor na disponibilidade da commodity nos EUA. Dados do Departamento de Energia americano mostraram que os estoques caíram em apenas 1,7 milhão na semana passada. Embora essa baixa tenha ficado em linha com as expectativas, o relatório expôs que os estoques de gasolina e destilados dispararam num total conjunto de 19 milhões de barris, muito acima das piores estimativas.

Ainda assim, "não estamos prevendo um grande aumento nos estoques no primeiro trimestre", diz Paul Horsnell, chefe de pesquisa para commodities do Standard Chartered. Para ele, a combinação entre cortes da Opep e menor crescimento da produção nos EUA vão ajudar a equilibrar o mercado.

A Opep e seus parceiros prometeram no mês passado reduzir a produção em 1,2 milhão de barris/dia para fazer frente à disparada da oferta dos EUA. Em Riad, Al-Falih disse ontem que isso ainda parece "mais do que suficiente" estabilizar os preços, embora não tenha descartado a possibilidade de tomar novas medidas caso necessário.

**MME / ASCOM .**